

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 1 de 9

LULA APONTA COOPERATIVISMO COMO CAMINHO PARA SOBREVIVÊNCIA DOS PEQUENOS PRODUTORES

11/4/2003 – (Agência Brasil)

Brasília, 12/04/2003 (Agência Brasil-ABr) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou hoje, em Maringá (PR), três fábricas da cooperativa Cocamar. O presidente não poupou elogios ao sistema cooperativista, apontado como caminho mais seguro para os pequenos produtores agrícolas. "O pequeno produtor rural, sozinho, tem poucas chances de sobreviver nesse mercado maluco e continuar produzindo", afirmou Lula.

N.	Notícia
1.	BANCADA RURALISTA PODE INVIABILIZAR AUMENTO DA ALÍQUOTA DO ITR
2.	VACINA VAI ATACAR VÍRUS QUE AFETA LARANJAIS
3.	PROPOSTA CERTIFICAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CULTURA AGRÍCOLA
4.	VACA LOUCA: GOVERNO DEVE RECEBER NOTIFICAÇÃO OFICIAL NA 2ª FEIRA
5.	SUÍNO: RÚSSIA EMITE LICENÇAS PARA CARNE DE SC NOS PRÓXIMOS DIAS
6.	TRIGO: COMÉRCIO MUNDIAL DE FARINHA CAIU 30% EM SETE ANOS
7.	ALGODÃO: MG LANÇA PACOTE DE R\$ 960 MI. P/AMPLIAR PRODUÇÃO LOCAL
8.	AGRICULTURA PROMOVE PALESTRA SOBRE REDE DE PESQUISA EM SANIDADE VEGETAL
9.	MILHO: SEMINÁRIO NO PARANÁ, NO DIA 15, DISCUTIRÁ COMERCIALIZAÇÃO
10.	MILHO/CENÁRIO: PREÇOS DE GOIÁS SUPERAM PARANÁ EM 2002/03
11.	MILHO/CENÁRIO: INVESTIMENTOS DA AGROINDÚSTRIA FORTALECEM GOIÁS
12.	FRANGO: EPIDEMIA DE GRIPE NA HOLANDA CHEGA

N.	Notícia
	À FRONTEIRA C/ ALEMANHA
13.	FRANGO: BRASIL NEGOCIA FATIA MAIOR NO SISTEMA DE COTAS DA RÚSSIA
14.	ÁLCOOL: GOVERNO E USINEIROS VÃO ANALISAR PROGRAMA DE ESTOCAGEM
15.	AÇÚCAR: TAILÂNDIA JUNTA-SE A BRASIL E AUSTRÁLIA CONTRA SUBSÍDIOS/UE
16.	BODIESEL: GOVERNO FEDERAL ANUNCIARÁ COMISSÃO INTERMINISTERIAL
17.	BODIESEL: PROJETO DA USP DEVE USAR SOBRA DE ÓLEO DO MCDONALDS
18.	BODIESEL: RIBEIRÃO PRETO PODE TER COMBUSTÍVEL EM FROTA PÚBLICA
19.	FRENCOOP DEFINE NOVA DIRETORIA
20.	COOPERATIVADOS TÊM DIREITO À APOSENTADORIA ESPECIAL
21.	JAPÃO ESTÁ MAIS PRÓXIMO DE VENDER DERIVADOS DE ANIMAIS CLONADOS
22.	VEJA O FECHAMENTO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES HOJE
23.	O AGRONEGÓCIO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Editorial: Boletim de informações de caráter pessoal, não comercial, destinado aos amigos e companheiros envolvidos direta ou indiretamente com o agronegócio. **Resp.: Edilson Pereira da Silva – Méd. Veterinário** - Rua Granito, 130 – Jiquiá - 50850-340 – Recife – PE (81) 3428 6165 9604 2113 – edilsonsh@hotlink.com.br - **Fontes:** www.aegro.com.br; www.agedado.com.br; www.folhaonline.com.br; www.radiobras.com.br; www.camara.gov.br; www.senado.gov.br; www.jc.com.br; www.jb.com.br; www.agricultura.gov.br; www.cna.org.br; www.bcb.gov.br; www.fao.org; www.safra.com.br

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 2 de 9

11/04/2003 - BANCADA RURALISTA PODE INVIABILIZAR AUMENTO DA ALÍQUOTA DO ITR (Ricardo Mignone, FOLHA ONLINE)

Brasília, A bancada ruralista no Congresso Nacional pode dificultar a intenção do governo federal de elevar a alíquota do ITR (Imposto Territorial Rural) para compensar perdas dos Estados com a reforma tributária.

O deputado Nelson Markezelli (PTB-SP), um das principais lideranças dos ruralistas no Legislativo, disse hoje à Folha Online que a idéia não é correta porque prejudicará os agricultores. Segundo ele, os 175 deputados e 17 senadores ruralistas estariam insatisfeitos com a possibilidade de elevação do ITR.

O aumento da alíquota foi cogitado ontem durante um encontro dos ministros Antonio Palocci Filho (Fazenda), José Dirceu (Casa Civil) e Ricardo Berzoini (Previdência) com os governadores Geraldo Alckmin (PSDB-SP), Germano Rigotto (PMDB-RS), Paulo Hartung (PSB-ES), Ronaldo Lessa (PSB-AL) e Zeca do PT (MS).

"Quando a gente pretende incentivar a agricultura, não podemos elevar a alíquota do ITR. Essa proposta está na contra mão dos interesses do campo. É um absurdo", disse Markezelli, que presidiu a Comissão de Agricultura da Câmara na legislatura anterior.

Segundo reportagem publicada na edição de hoje da Folha, foi introduzida a idéia de elevar o ITR, imposto federal que arrecada atualmente R\$ 250 milhões anuais, e dividir a receita entre Estados (40%) e municípios (60%).

A proposta não faz parte dos princípios para a reforma tributária que o governo vem apresentando publicamente nas últimas semanas. Até aqui, divulgou-se que as mudanças atingiriam apenas cinco tributos: ICMS, CPMF, Cofins, contribuição previdenciária patronal e imposto sobre a herança.

Markezelli afirmou que o governo terá muitas dificuldades em aprovar o aumento do ITR no Congresso. "A Comissão de Agricultura vai se posicionar contra. Lá essa proposta absurda não passa. Com certeza o governo terá muitas dificuldades com a reforma tributária se insistir em elevar o ITR", declarou o deputado.

O deputado também enviou um aviso ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O presidente precisa entender que a bancada ruralista deve ser tratada como parceira e não como inimiga, como fez o governo anterior", afirmou.

"Tenho a impressão de que eles não pensaram direito. Eles têm que lembrar que quem vota aqui é deputado e senador e não governador", afirmou Markezelli sobre o apoio de governadores como Rigotto e Zeca do PT, de Estados onde o setor agrícola é importante.

Markezelli disse ainda que está preparando um projeto de lei isentando da cobrança do ITR proprietários rurais com mais de 60 anos e cujas terras não excedam 150 hectares.

12/04/2003 - VACINA VAI ATACAR VÍRUS QUE AFETA LARANJAIS (FREE-LANCE PARA A FOLHA DE S.PAULO)

Já está em fase de testes uma vacina molecular contra a morte súbita dos citros, uma doença que já infectou cerca de 2 milhões de pés de laranja nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Criada por pesquisadores da empresa de biotecnologia Alellyx, os mesmos que identificaram a causa da morte súbita em fevereiro, a vacina pode chegar ao mercado em dois anos, se tudo der certo.

O bioquímico Fernando Reinach, presidente da Alellyx, disse que a empresa está trabalhando em duas frentes. Seus cientistas estão finalizando um teste capaz de apontar a presença do vírus que causa a moléstia, enquanto começam os testes da vacina. Segundo Reinach, ainda não há resultados disponíveis sobre a eficácia da imunização.

Estima-se que a morte súbita já tenha custado por volta de US\$ 20 milhões aos citricultores brasileiros, cuja produção representa metade do mercado mundial de suco de laranja.

Foi a própria solução contra um problema similar, o vírus da tristeza, que acabou gerando involuntariamente a nova moléstia. Essa doença arrasou os laranjais paulistas nos anos 40 e 50 do século passado e foi detida graças à criação de outra vacina, que contém uma versão inócua do vírus.

Tornou-se praxe, a partir de então, vacinar todas as mudas de laranja contra o vírus da tristeza. Acontece que o antes inofensivo vírus usado no processo sofreu mutações em seu material genético, tornando-se novamente capaz de causar a doença.

Ao soletrar as "letras" químicas que compõem o RNA do vírus e contêm as instruções para seu funcionamento, a equipe da Alellyx descobriu quais versões dele eram as malignas. A vacina ajudará a planta a impedir que o vírus replique seu material genético e se reproduza. Por sigilo de propriedade intelectual, Reinach não revela qual o mecanismo exato que cria essa imunidade.

Caso a vacina não funcione, outra opção é modificar geneticamente a planta para resistir ao vírus. "Mas nossa preferência é não ter de alterar o genoma", diz Reinach.

08/04/2003 - PROPOSTA CERTIFICAÇÃO VOLUNTÁRIA DE CULTURA AGRÍCOLA (AGÊNCIA CÂMARA)

Os deputados do PFL Onyx Lorenzoni (RS) e José Carlos Aleluia (BA) apresentaram à Mesa o Projeto de Lei 472/03, que institui a Certificação Voluntária de Cultura Agrícola em áreas rurais do território nacional. Deverão constar da Certificação, que poderá ser requerida voluntariamente junto ao Ministério da Agricultura, o tipo de cultura produzida, o modo e a forma de cultivo do produto, o tipo de adubo ou nutriente utilizado, o tipo de substâncias químicas empregadas, a forma de combate às pragas e o tipo de semente utilizada pelo produtor ou responsável pela área cultivada. A proposta visa a garantir a liberdade de escolha aos produtores brasileiros quanto ao tipo de cultura a ser desenvolvida para a comercialização.

CLASSIFICAÇÃO

A Certificação será classificada em três tipos: transgênicos ou OGM - para os produtos geneticamente modificados; convencionais - relativos aos produtos obtidos através do melhoramento genético convencional; e orgânicos, onde serão incluídos os produtos cultivados naturalmente, sem uso de defensivos químicos. Para os autores da proposição, a iniciativa possibilitará aos agricultores e ao agronegócio nacional se inserirem de forma ainda mais competitiva nos diferentes mercados mundiais, que acolhem culturas dos

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 3 de 9

três tipos previstas no projeto. Além disso, proporcionará ao agricultor a possibilidade de crescer renda e tecnologia, separada ou conjuntamente, na sua propriedade, sob sua livre escolha.

PENALIDADE

O texto estabelece ainda penalidades àqueles que fraudarem as certificações, com multa administrativa de até 2% sobre o montante da produção avaliada pelo órgão competente e perda do direito de requerer a Certificação Voluntária de Cultura Agrícola por dois anos.

O projeto foi distribuído às comissões de Agricultura e Política Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação. Por Maristela Sant'Ana/ ACS(Reprodução autorizada mediante citação da Agência)

11/04/2003 - VACA LOUCA: GOVERNO DEVE RECEBER NOTIFICAÇÃO OFICIAL NA 2ª FEIRA(AE AGRO)

Brasília, 11 - Em rápida entrevista por telefone, o secretário de Defesa Agropecuária do ministério da Agricultura, Maçao Tadano, comemorou a decisão da Comissão Européia de manter a classificação geográfica do Brasil em nível 1 para o risco de ESB (encefalopatia spongiforme bovina), conhecida como doença da vaca louca. "A reclassificação mostra que o Brasil vem realizando um trabalho sério quanto às questões sanitárias tanto animal quanto vegetal", afirma. Maçao acrescenta que a decisão da Comissão Européia é muito positiva para o Brasil, pois reafirma o nível sanitário do rebanho nacional e favorece as exportações. No mês de março, as exportações totais de carnes - bovina, suína e de frango - cresceram 10,6% na comparação com o mesmo mês de 2002. Segundo ele, o ministério deverá ser notificado oficialmente pela comissão na segunda-feira, 14. O secretário participa da abertura da Feira Agropecuária de Tocantins, Agrotis, em Palmas. Ele representa o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, no evento. Fabíola Salvador

11/04/2003 - SUÍNO: RÚSSIA EMITE LICENÇAS PARA CARNE DE SC NOS PRÓXIMOS DIAS(AE AGRO)

São Paulo, 11 - As primeiras licenças do governo russo para a importação de carne suína do Brasil serão emitidas em meados de abril, informou hoje um oficial do ministério de Agricultura da Rússia. O país levantou o embargo imposto em dezembro ao produto brasileiro proveniente do estado de Santa Catarina, depois que aparecem na imprensa brasileira notícias sobre casos de mal de Aujeski no rebanho catarinense. Até 2002, os embarques de Santa Catarina para a Rússia representavam 80% das exportações brasileiras de carne suína. No ano passado, a Rússia importou 280 mil t do Estado. As informações são da Dow Jones. Érica Junghans

11/04/2003 - TRIGO: COMÉRCIO MUNDIAL DE FARINHA CAIU 30% EM SETE ANOS(AE AGRO)

São Paulo, 11 - O comércio mundial de farinha de trigo caiu 30% nos últimos 7 anos, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). A expansão das instalações de moinhos mudou a demanda mundial pela farinha importada por trigo importado. Dominam o mercado hoje moinhos novos, privados e de qualidade nos principais mercados. Esses compradores tendem a comprar pequenos lotes da mão para a boca. Novos e eficientes fornecedores regionais agora detêm o market share com entregas mais rápidas, embarques menores e transporte mais barato. Além disso, a antiga União Soviética e a Índia têm novos moinhos que produzem trigo para os países vizinhos. A União Européia, antes detentora do mercado mundial de farinha, teve queda de 60% nas suas exportações. Muitos moinhos franceses viu a utilização de sua capacidade produtiva cair pela metade ou mesmo encerraram as atividades, enquanto na Itália um terço dos moinhos já fecharam. As informações são da Dow Jones. Érica Junghans

11/04/2003 - ALGODÃO: MG LANÇA PACOTE DE R\$ 960 MI. P/AMPLIAR PRODUÇÃO LOCAL(AE AGRO)

Belo Horizonte, 11 - O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, em Minas, Wilson Brumer, anunciou hoje o "Acordo do Algodão", pelo qual o Estado firmou parcerias com entidades de classe e instituições financeiras, para investir R\$ 960 milhões em toda a cadeia produtiva da cotonicultura. Do total dos investimentos, a serem aplicados ao longo dos próximos três anos, R\$ 640 milhões serão aportados na produção primária, incluindo o custeio anual. O restante caberá aos outros segmentos da cadeia, envolvendo também a compra de maquinário e a indústria da confecção. A meta, de acordo com o secretário é ampliar a produção em 20 mil toneladas de algodão em pluma/ano. Atualmente a capacidade produtiva do parque mineiro é da ordem de 40 mil toneladas/ano, em uma área de de 32 mil hectares, sendo 14 mil hectares no norte do Estado. Com o acordo, o governo mineiro pretende suprir a demanda de 150 mil toneladas/ano da indústria e buscar a auto-suficiência. De acordo com informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o principal objetivo é retomar a situação das décadas de 80 e 90, quando o Estado possuía 130 mil hectares plantados, responsáveis por um volume de 87 mil toneladas/ano. A expectativa é de que o acordo traga um retorno anual da ordem de R\$ 733 milhões, com a geração de 32 mil novos postos de trabalho, sendo 70% no setor primário. Segundo o secretário, o governo firmou parcerias com o Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para oferecer as linhas de crédito necessárias ao cumprimento do programa. As condições de financiamento, no entanto, não foram informadas. O Acordo do Algodão foi anunciado hoje, durante a instalação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social e a proposta contará com o apoio de entidades representativas de classe, além da Embrapa. Raquel Massote

12/04/2003 - AGRICULTURA PROMOVE PALESTRA SOBRE REDE DE PESQUISA EM SANIDADE VEGETAL

19:42 Brasília, 12/4/2003 (Agência Brasil - ABr) - "Rede de Pesquisa em Sanidade Vegetal: Análise e Mitigação dos Riscos na Exportação e Importação" é o tema da palestra que a pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Tecnologia, Regina Vilarinho, fará na próxima segunda-feira (14), às 10h, no auditório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De acordo com a pesquisadora, o projeto tem como objetivo fornecer aos setores exportadores e importadores subsídios técnicos na tomada de decisões relacionadas à compra e venda de produtos agrícolas pelo Brasil. A palestra é promovida pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 4 de 9

11/04/2003 - MILHO: SEMINÁRIO NO PARANÁ, NO DIA 15, DISCUTIRÁ COMERCIALIZAÇÃO(AE AGRO)

São Paulo, 11 - O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Ivan Wedekin, participa na próxima terça-feira (15), em Curitiba, do 1º Seminário Estadual da Cadeia Produtiva do Milho, que será realizado no auditório da Organizações das Cooperativas do Paraná (Ocepar). O encontro está sendo promovido pela Secretaria da Agricultura do Paraná, em parceria com o Grupo de Trabalho do Milho, que é formado pela Ocepar, Federação da Agricultura (Faep), Sindicato da indústria Avícola (Sindiaivr), Sindicato da Indústria da Carne e Associação de Produtores de Suínos. O objetivo do encontro é "analisar a conjuntura atual e as tendências do mercado de milho, discutir a comercialização da safra 2002/03 e formular propostas de ações a serem desenvolvidas em parceria com os agentes da cadeia, visando evitar o desabastecimento interno e promover um equilíbrio entre produção e consumo". O encontro começa às 9 horas, com palestra sobre conjuntura com a gerente de oleaginosas da Conab, Rocilda Santos Moreira. Em seguida fala o gerente executivo da Pionner, Daniel Glat. Às 11 horas, Ivan Wedekin apresenta o Plano de Safra para o milho em 2003/04. À tarde, está programado um debate sobre a comercialização do milho, com participação de Roberto Petrauskas, superintendente comercial da Coamo, Ricardo Thomas, gerente de compra de grãos da Sadia, e Domingos Martins, presidente do Sindiaivr, e Edson Mazei Ponti, presidente da comissão técnica de grãos da Faep. Equipe

11/04/2003 - MILHO/CENÁRIO: PREÇOS DE GOIÁS SUPERAM PARANÁ EM 2002/03(AE AGRO)

São Paulo, 11 - Alterando uma relação de preços de longa data, as cotações do milho em Goiás estão mais elevadas do que as do Paraná em pleno fim da colheita da safra de verão. O cenário contraria a equação histórica, que definia o preço do milho de Goiás como sendo equivalente à cotação da Mogiana ou do Triângulo Mineiro menos o frete. Dados de ontem do Agrotaxas mostravam que o preço do atacado em Ponta Grossa era de R\$ 19,20/saca, contra R\$ 20,10/saca de Rio Verde. Assim, a razão de preços entre Ponta Grossa e Rio Verde era de 0,955223. Esta relação, até a safra passada, estava sempre acima de 1 no período do início de março a meados de abril. Veja a seguir a evolução de preços no disponível entre Ponta Grossa, no Paraná, e Rio Verde, em Goiás, desde 1999. Os dados foram apurados pelo AE-Taxas: (segue)Renato Stancato

11/04/2003 - MILHO/CENÁRIO: INVESTIMENTOS DA AGROINDÚSTRIA FORTALECEM GOIÁS(AE AGRO)

São Paulo, 11 - Os analistas ouvidos pela Agência Estado acreditam que o fortalecimento dos preços goianos em relação a praças do Sul do Brasil não é uma excepcionalidade de 2003, e sim uma tendência: a de interiorização do mercado de milho. Na avaliação do diretor de assuntos econômicos da Federação de Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), Pedro Arante, o aumento de consumo no mercado local explica a valorização dos preços. Ele destaca que no Paraná, ao contrário, a demanda interna por milho tem sido relativamente estável nos últimos anos. "Goiás já foi um franco exportador de milho para outros estados, mas o volume de excedentes está ficando cada vez menor", avalia Arante. Segundo o especialista, a construção de novas unidades industriais consumidoras do cereal no estado é responsável por esta tendência. "Só os investimentos da Perdigão no Estado são responsáveis por um aumento de 300 mil toneladas por ano no consumo de milho", diz. "Se forem computados também outros pequenos e médios projetos na suinocultura e avicultura, o aumento de consumo mais do que dobra", avalia. OS dados da FAEG apontam que o consumo de milho em Goiás deve atingir 2,26 milhões de toneladas em 2002/03. Veja a seguir a projeção de oferta e demanda de milho em Goiás, de acordo com a FAEG:

11/04/2003 - FRANGO: EPIDEMIA DE GRIPE NA HOLANDA CHEGA À FRONTEIRA C/ ALEMANHA(AE AGRO)

São Paulo, 11 - A epidemia de influenza aviária na Holanda chegou a três quilômetros da fronteira alemã, e a Alemanha decidiu restringir o movimento de frangos no seu território. Segundo comunicado do ministério de Agricultura. "Estamos temerosos de que a influenza aviária de espalhe na Alemanha", diz o secretário Alexander Mueller no comunicado. A partir do dia 13, frangos e ovos destinados ao alojamento só poderão ser movimentados se forem antes inspecionados por veterinários nas 24 horas anteriores ao transporte. Serão proibidos os mercados de frangos, exposições e eventos similares, e os avicultores estão obrigados a avisar as autoridades no caso de suspeita da doença em seus plantéis. As informações são da Dow Jones. Érica Junghans

11/04/2003 - FRANGO: BRASIL NEGOCIA FATIA MAIOR NO SISTEMA DE COTAS DA RÚSSIA(AE AGRO)

Genebra, 11 - O governo do Brasil está negociando um acordo com a Rússia para que o país autorize o aumento da entrada de frango brasileiro no mercado nacional. A partir de 1º de maio, Moscou irá impor uma cota para a importação de frango de vários países, o que limitaria as vendas brasileiras. Mas antes que a barreira entre em vigor, o Itamaraty e os exportadores de frango tentam convencer os russos a aumentarem a cota destinada ao produto brasileiro. Segundo o decreto russo, o frango estrangeiro teria que respeitar uma cota de 744 mil toneladas para entrada no país. O volume será repartido entre os principais fornecedores do produto, entre eles os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Brasil, que ficará autorizado a exportar apenas 33 mil toneladas neste ano, ou seja, menos de 5% de tudo o que a Rússia compra. O problema, segundo os brasileiros, é que a base usada para o cálculo da divisão das cotas entre os países incluiu o fluxo de comércio de 1999, quando o Brasil exportava um volume menor para a Rússia. Em 2002, as vendas de frango do País para o mercado russo foram de 195 mil toneladas, o que equivale a 19% de toda a importação de Moscou. O que o governo negocia, agora, é que essa nova cota respeite pelo menos a percentagem que o Brasil ocupa no mercado russo. Se a lógica for respeitada pelos russos, portanto, o País teria o oportunidade de exportar 150 mil toneladas em 2003, volume cinco vezes maior do que o que oferece Moscou. Nesta semana, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) para debater a entrada da Rússia na entidade, países como o Canadá e Austrália alertaram aos representantes de Moscou que medidas como a que colocarão contra o frango poderão atrasar o ingresso da Rússia na OMC. O Brasil, que busca um acordo bilateral para salvar suas vendas, preferiu não fazer críticas públicas contra Moscou. Jamil Chade

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 5 de 9

11/04/2003 - ÁLCOOL: GOVERNO E USINEIROS VÃO ANALISAR PROGRAMA DE ESTOCAGEM(AE AGRO)

Brasília, 11 - Governo e usineiros também discutirão o programa de estocagem de álcool com garantia em produto para a safra 2003/04. A expectativa é que o governo disponibilize R\$ 500 milhões para o programa, recursos já aprovados no Orçamento da União. Técnicos do ministério da Agricultura já indicaram algumas normas do programa, como os preços de referência para estocagem de anidro a R\$ 0,55/litro e do hidratado a R\$ 0,50/litro. Do total de recursos, R\$ 430 milhões devem ir para o Centro-Sul (Maranhão, Pará, Ceará, Bahia sul e Centro-Sul, segundo critérios do ministério) e R\$ 70 milhões à estocagem no Nordeste (Bahia norte, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte). A taxa de juros do programa será de 11% ao ano, com prazos de pagamento de quatro meses, com início em janeiro de 2004 no Centro-Sul e em maio de 2004 no Nordeste. A proposta do programa de estocagem precisa ser aceita pelos ministério que compõem o Conselho Interministerial do Açúcar e Álcool (Cima): Agricultura, Fazenda, Minas e Energia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Conselho Monetário Nacional (CMN) também precisa dar seu aval. (segue) Fabíola Salvador

11/04/2003 - AÇÚCAR:TAILÂNDIA JUNTA-SE A BRASIL E AUSTRÁLIA CONTRA SUBSÍDIOS/UE(AE AGRO)

São Paulo, 11 - A Tailândia concordou em juntar-se ao Brasil e à Austrália para a apresentação de uma queixa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os subsídios que a União Européia (UE) dá aos exportadores de açúcar. O governo tailandês aprovou um orçamento inicial de 7 milhões de bahts (1 baht = U\$ 0,0233) para a Thai Cane and Sugar Corp. para representar o país na queixa. Os três países estão contratando advogados e reunindo informações, segundo o secretário geral do Escritório de Cana e Açúcar em Bangkok, Ruangsak Ngamsompark. A Tailândia é o terceiro maior exportador mundial de açúcar, depois de Brasil e Austrália. O setor de açúcar acredita que os preços mundiais serão elevados caso a UE remova os subsídios à produção e exportação, que têm causado excesso de oferta e queda nos valores da commodity. "O fim dos subsídios europeus ao açúcar permitirá que o movimento de preços mundiais reflita o valor real do produto, baseado nos custos de produção e na oferta e demanda", completou Ruangsak. O processo na OMC contra os subsídios já está em andamento, e a organização deve formar em breve um painel para investigar os subsídios. As informações são da Dow Jones. Érica Junghans

11/04/2003 - BIODIESEL: GOVERNO FEDERAL ANUNCIARÁ COMISSÃO INTERMINISTERIAL(AE AGRO)

Ribeirão Preto, 11 - Uma comissão interministerial será criada pelo governo federal para coordenar todas as ações inerentes ao biodiesel no Brasil e seu anúncio será feito, entre segunda e Quarta-feira da próxima semana, durante o 1º Congresso Internacional de Biodiesel, em Ribeirão Preto. A comissão será formada por representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Minas e Energia e Agricultura e terá o comitê executivo baseado nos programas de desenvolvimento do combustível já existentes, como Centro Nacional de Referência em Biodiesel (Cerbio), do Paraná, o Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (Ladatel), da USP-Ribeirão, entre outros integrantes da Rede Brasileira de Biodiesel, que reúne 200 especialistas do setor. O biodiesel, diferentemente do diesel comum, feito a partir de petróleo e altamente poluente, é considerado um combustível limpo. Isso porque a matéria-prima utilizada na sua fabricação, basicamente produtos cuja base é vegetal - como cana-de-açúcar, soja e seus respectivos derivados, por exemplo -, retira o gás carbônico da atmosfera durante o crescimento, o mesmo gás que é emitido na queima do biodiesel. Além disso, o biodiesel substitui o petrodiesel sem que sejam necessárias alterações no motor e ainda pode ser utilizado em qualquer percentual. (segue) Gustavo Porto

11/04/2003 - BIODIESEL: PROJETO DA USP DEVE USAR SOBRA DE ÓLEO DO MCDONALDS(AE AGRO)

Ribeirão Preto, 11 - Uma reunião na tarde de hoje entre a representantes McDonalds e a coordenadoria do Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (Ladatel) da USP-Ribeirão Preto deve selar a doação de todo o óleo utilizado pela da rede de fast food no Estado de São Paulo para a produção de biodiesel. Cada litro de óleo vegetal, por exemplo, é a base de produção de 20 litros de biodiesel, já que ele é misturado a outros produtos de origem vegetal no processo de fabricação. Cálculos iniciais estimam que a rede jogue fora por mês 125 mil litros de óleo que poderiam ser utilizados na produção de 2,5 milhões de litros de biodiesel. Caso seja acertado o acordo, será o segundo feito pela rede McDonalds com uma instituição de pesquisa ligada a universidade pública. No Rio de Janeiro, 50 lanchonetes a rede doam mensalmente 35 mil litros de óleo de algodão descartados ao Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (IVIG), ligado à Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (segue) Gustavo Porto

11/04/2003 - BIODIESEL: RIBEIRÃO PRETO PODE TER COMBUSTÍVEL EM FROTA PÚBLICA(AE AGRO)

Ribeirão Preto, 11 - Uma carta de intenções a ser assinada entre a Universidade de São Paulo (USP) e a Prefeitura de Ribeirão Preto durante o 1º Congresso Internacional de Biodiesel deve disponibilizar o combustível produzido no Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (Ladatel) da instituição educacional a uma parte da frota de veículos públicos da cidade. Basicamente, o acordo, cujos termos ainda não foram totalmente definidos, prevê que a prefeitura utilize em seus veículos misturas de 5%, 20% de biodiesel e até mesmo 100% do combustível produzido no Ladatel. Parte da matéria-prima utilizada para a produção do combustível, o óleo de soja já utilizado, seria arrecadado em bares e restaurantes locais. O mapeamento destes estabelecimentos comerciais está sendo feito por alunos do Centro de Apoio Popular ao Estudante (Cape) um cursinho pré-vestibular da universidade. "Depois do mapeamento, a prefeitura arrecadaria o óleo e o encaminharia ao Ladatel, que produziria o biodiesel e o doaria para o Cape. A entidade venderia pelo preço de custo à prefeitura e utilizaria o dinheiro para atender mais estudantes", disse Miguel Dabdoub, coordenador do Ladatel. Segundo ele, além da universidade e da prefeitura, as montadoras poderão avaliar o desempenho de um veículo que utilize 100% de biodiesel em seu tanque. "A prefeitura está licitando cinco caminhões novos que irão usar só biodiesel em seu tanque", completou Dabdoub. (fim) Gustavo Porto

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 - 7, Ag. 3596-3, B. Brasil

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 6 de 9

11/04/2003 -FRENGOOP DEFINE NOVA DIRETORIA (OCB)

Deputados da Frengoop participaram de café da manhã na sede da OCB - A Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frengoop) definiu hoje a nova diretoria em um café da manhã na sede da OCB. O presidente da entidade, Márcio Lopes de Freitas, recebeu 16 parlamentares filiados à Frengoop. O paranaense Moacir Micheletto, deputado federal pelo PMDB, será o novo presidente da Frengoop. Desde 1989 ele é coordenador-adjunto da Frente e tem sido um dos principais defensores das causas cooperativistas. Pequeno produtor rural, Micheletto assegura que tudo o que produz dentro da sua propriedade é comercializado nas cooperativas. A indicação do nome do deputado para a presidência foi feita por consenso pelos deputados e senadores que compõem a Frengoop e recebeu o apoio da OCB/Sescoop. O deputado revelou que entre os grandes desafios da próxima diretoria está a consolidação definitiva da atuação dos ramos do Cooperativismo e o fortalecimento dos deputados nos seus estados por meio do sistema cooperativista. Excluir da base de cálculo do PIS/Cofins o ato cooperativo é outro desafio que, segundo ele, deve ser resolvido a curto prazo. Disse ainda que o Parlamento tem um papel fundamental nessa atuação. Os senadores Jonas Pinheiro (PFL/MT) e Osmar Dias (PDT/PR) ocuparão respectivamente a primeira e a segunda vice-presidência da Frente. As vagas de secretários estão reservadas para os deputados Osmânio Pereira (PSDB-MG) e Rubens Otoni (PT-GO). Os deputados Coriolano Sales (PFL-BA) e Abelardo Lupion (PFL-PR) permanecem na tesouraria da Frengoop. A coordenadoria-geral ficará sob a responsabilidade do deputado Nárccio Rodrigues (PSDB-MG), e os coordenadores-adjuntos serão a deputada Kátia Abreu (PFL-TO) e o deputado Luiz Carlos Heinze (PPB-RS). Já o conselho fiscal será formado pelos deputados B. de Sá (PSDB-PI), Aroldo Cedraz (PFL-BA) e Feu Rosa (PSDB-ES). O atual presidente da Frengoop, Silas Brasileiro (PMDB/MG) terá a presidência de honra na Frente Parlamentar. Na legislatura passada a Frengoop contava com 234 deputados federais e 28 senadores. Com a renovação no Congresso Nacional nas eleições do ano passado estes números sofreram alterações, e o quadro dos membros que farão parte da Frente serão finalizados nos próximos dias. A posse da nova diretoria, que estava marcada para o dia 30 deste mês, será adiada por causa do feriado do dia 1º de maio. A nova data será definida em breve.

11/4/2003 - COOPERATIVADOS TÊM DIREITO À APOSENTADORIA ESPECIAL

13:06 Brasília, 11/4/2003 (Agência Brasil - ABr) - Os trabalhadores de cooperativas de trabalho ou de produção e os empregados de empresas de prestação de serviços, mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, também têm direito à aposentadoria especial, desde que exerçam suas atividades expostos a agentes nocivos à saúde ou integridade física. Para isso, é necessário que eles estejam expostos aos riscos, de modo habitual e permanente, e trabalhem nessas condições durante 15, 20 ou 25 anos, conforme o caso.

O direito desses trabalhadores à aposentadoria especial foi disciplinado pela Medida Provisória nº 83, de 12 de dezembro de 2002. O cooperado deve contribuir para a Previdência Social como autônomo e o empregado de empresa de prestação de serviços deve ter registro em carteira, com os devidos descontos previdenciários. Além disso, é necessária uma contribuição adicional da empresa ou da cooperativa, que varia conforme o grau de periculosidade da atividade exercida pelos trabalhadores.

Essa contribuição deve ser recolhida pela empresa contratante dos serviços do cooperado quando se tratar de cooperativa de trabalho; pela própria cooperativa quando se tratar de cooperativa de produção; pela empresa que presta serviços de cessão de mão-de-obra, quando se tratar de seus empregados. No caso da empresa contratante, a alíquota é de 5%, 7% ou 9% sobre o valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços. Em se tratando de cooperativa de produção (aquela que utiliza a mão-de-obra do próprio cooperado, sem intermediação de empresas), a alíquota é de 6%, 9% ou 12% sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado filiado. Já as empresas de prestação de serviços (cessão de mão-de-obra, ou em regime de trabalho temporário) devem recolher 2%, 3% ou 4% referentes aos empregados prestadores de serviços, além da retenção já fixada em lei sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

Para ter direito à aposentadoria especial, o trabalhador deve comprovar que trabalhou por 15, 20 ou 25 anos, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, exposto a agentes nocivos físicos, químicos ou biológicos prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para isso, na hora de solicitar a sua aposentadoria especial, ele deve apresentar, na Agência da Previdência Social, um documento chamado Dirben 8030, atualmente em uso, ou o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que terá uso obrigatório a partir de julho. Esses dois documentos (Dirben 8030 ou o PPP) devem ser emitidos e entregues aos trabalhadores pela empresa prestadora de serviços ou pelas cooperativas de trabalho ou de produção. Entretanto, para que a cooperativa de trabalho possa emitir o documento, a empresa contratante deverá informá-la mensalmente quais são os cooperados a seu serviço que exercem atividades em condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física.

11/04/2003 - JAPÃO ESTÁ MAIS PRÓXIMO DE VENDER DERIVADOS DE ANIMAIS CLONADOS (FOLHA ONLINE)

O governo japonês disse que o consumo de leite e carne de gado clonado não fazem mal à saúde humana, podendo tornar-se o primeiro país do mundo a permitir a comercialização desse tipo de produtos.

Em um comunicado, o Ministério da Saúde do Japão disse que não foi encontrada nenhuma anormalidade na carne ou leite derivados da tecnologia de clonagem.

Mas o comunicado, baseado em um estudo de três anos, também alertou para a criação de um sistema capaz de lidar com qualquer problema que possa surgir em decorrência do consumo de produtos derivados de animais clonados. "Como se trata de uma nova tecnologia, concluímos que considerações especiais devem ser tomadas", diz o comunicado.

Atualmente, a venda de alimentos derivados de animais clonados é "voluntariamente" proibida no Japão pelo Ministério da Fazenda. Mas segundo uma pesquisa conduzida em dezembro por uma agência de notícias em Kyodo, 33 das 40 empresas que criam gado clonado já planejam ou consideram a venda desses produtos.

"Por enquanto, não temos planos de permitir a distribuição de carne ou leite de vacas clonadas para o mercado doméstico", disse um membro da divisão de inspeção e segurança do ministério japonês. Com agências internacionais

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 7 de 9

11/04/2003 - VEJA O FECHAMENTO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES HOJE(AE AGRO)

Commodity	Fechamento	variação
Café - Londres (maio/03)	740,00 (US\$/t)	-0,13%
Café - Londres (julho/03)	750,00 (US\$/t)	-0,27%
Cacau - Londres (maio/03)	1.215 (Lib/t)	-2,80%
Cacau - Londres (julho/03)	1.229 (Lib/t)	-2,69%
Açúcar - Londres (maio/03)	204,00 (US\$/t)	0,25%
Açúcar - Londres (ago/03)	206,30 (US\$/t)	0,54%
Café - NY (maio/03)	60,45 (cts/Lib)	0,00%
Café - NY (julho/03)	63,15 (cts/Lib)	0,00%
Cacau - NY (maio/03)	1.904 (US\$/t)	-3,01%
Cacau - NY (julho/03)	1.840 (US\$/t)	-3,16%
Algodão - NY (maio/03)	58,00 (cts/Lib)	0,14%
Algodão - NY (julho/03)	59,77 (cts/Lib)	0,15%
Suco Laranja - NY (maio/03)	87,60 (cts/Lib)	-0,85%
Suco Laranja - NY (julho/03)	90,60 (cts/Lib)	0,11%
Açúcar - NY (maio/03)	7,23 (cts/Lib)	0,42%
Açúcar - NY (julho/03)	6,94 (cts/Lib)	0,43%
Milho - CBOT - (maio/03)	2,3925 (cts/bus)	0,21%
Milho - CBOT - (julho/03)	2,4025 (cts/bus)	0,00%
Trigo - CBOT - (maio/03)	2,8425 (cts/bus)	-0,44%
Trigo - CBOT - (julho/03)	2,8875 (cts/bus)	-0,77%
Trigo - KCBT - (maio/03)	3,2050 (cts/bus)	-0,15%
Trigo - KCBT - (julho/03)	3,0850 (cts/bus)	-0,96%
Soja Grão - CBOT (maio/03)	6,0025 (cts/bus)	-0,12%
Soja Grão - CBOT (julho/03)	5,9900 (cts/bus)	-0,17%
Soja Far. - CBOT (maio/03)	178,20 (US\$/t)	0,28%
Soja Far. - CBOT (julho/03)	177,20 (US\$/t)	0,40%
Soja Óleo - CBOT (maio/03)	21,97 (cts/Lib)	-1,35%
Soja Óleo - CBOT (julho/03)	22,09 (cts/Lib)	-1,30%

Fechamentos dos contratos futuros da BM&F

Contratos Novos

Açúcar Cristal (julho/03)	8,49 (US\$/saca)	-0,12%
Açúcar Cristal (set/03)	8,38 (US\$/saca)	0,00%
Boi Gordo Cambial (abril/03)	54,90 (reais/arr)	0,24%
Boi Gordo Cambial (maio/03)	53,80 (reais/arr)	-0,17%
Café Arábica (maio/03)	63,70 (US\$/saca)	0,47%
Café Arábica (julho/03)	65,80 (US\$/saca)	0,30%
Milho em Grão (maio/03)	21,52 (R\$/saca)	-0,14%
Milho em Grão (julho/03)	22,59 (R\$/saca)	-0,04%
Álcool anidro (maio/03)	1.036,00 (R\$/m3)	0,39%
Álcool anidro (ago/03)	800,00 (R\$/m3)	3,36%
Soja (maio/03)	212,00 (US\$/ton)	-1,40%
Soja (julho/03)	210,00 (US\$/ton)	0,00%
Bezerro (abril/03)	395,20 (reais/animal)	0,05%
Bezerro (maio/03)	397,05 (reais/animal)	0,27%
Café Conillon (maio/03)	40,00 (US\$/saca)	3,09%
Café Conillon (julho/03)	42,00 (US\$/saca)	0,00%

Karina Luccas

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 8 de 9



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil



Edição Número 70 de 10/04/2003

Secretaria de Produção e Comercialização Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 21000.002707/2003-81

Espécie: Contrato de Financiamento Nº 001/2-3/2003.

Contratante: Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Contratado: **Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB.**

Objeto: Credenciar o Agente Financeiro para a implementação de Linha de Crédito para **Financiamento de Colheita e Estocagem das Lavouras Cafeeiras** - período agrícola 2002/2003.

Amparo Legal: Resolução do Conselho Monetário nº 3.067, de 27.2.2003.

Valor: de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

Recursos Orçamentários: do fundo de Defesa da Economia Cafeeira -FUNCAFÉ, à conta da Funcional Programática: 20.601.0350.0012.0001 Financiamento para Colheita e Estocagem de Lavoura Cafeeira, Elemento de Despesa 459066 Concessão de Empréstimos, Data da Assinatura: 08/04/2003.

Signatários: Linneu Carlos da Costa Lima, pelo Contratante e Raimundo Mariano do Vale e Antônio de Azevedo Bomfim, pelo Contratado.

(Of. El. nº 111/2003)

Edição Número 71 de 11/04/2003

Gabinete do Ministro Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
DESPACHOS DO MINISTRO

Em 9 de abril de 2003

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, autoriza o(a) **Médico Veterinário JOÃO CRISÓSTOMO MAUAD CAVALLERO**, do Quadro Permanente deste Ministério, exercendo a função de Diretor do Departamento de Defesa Animal, lotado no(a) Secretária de Defesa Agropecuária (SDA), a afastar-se do País, na forma do disposto no Art. 1º, inciso IV, do citado Decreto, com o objetivo de participar de reunião que estabelecerá plataforma de consolidação de um novo **"Comitê Veterinário Permanente del Cono Sur"**, em **Montevídeu**, República Oriental do Uruguai, no período de 9 a 12.4.2003, com ônus limitado. (Processo nº 21000.002702/2003-59)

Autoriza o(a) **Advogado JOSÉ SILVINO SILVA FILHO**, do Quadro Permanente deste Ministério, exercendo a função de Consultor Jurídico, lotado no(a) Consultoria Jurídica (CJ), a afastar-se do País, na forma do disposto no Art. 1º, inciso IV, do citado Decreto, com o objetivo de participar de reunião que estabelecerá plataforma de consolidação de um novo **"Comitê Veterinário Permanente del Cono Sur"**, em **Montevídeu**, República Oriental do Paraguai, no período de 9 a 12.4.2003, com ônus limitado. (Processo nº 21000.002701/200312)

ROBERTO RODRIGUES

Edição Número 71 de 11/04/2003

Secretaria de Defesa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal

PORTARIA Nº 14, DE 31 DE MARÇO DE 2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DEFESA E INSPEÇÃO VEGETAL, DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VII, do Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pela Portaria Ministerial nº 574, de 8 de dezembro de 1998, tendo em vista o disposto no art. 31, do Decreto nº 81.771, de 7 de junho de 1978, na Portaria nº 074, de 15 de dezembro de 1981, e o que consta do Processo nº 21026.000302/89-74, resolve:

Art. 1º **Credenciar o Laboratório de Produção de Sementes** da Associação dos Produtores de Sementes e Mudanças de Mato Grosso do Sul - **APROSSUL**, CNPJ nº 03.120.581/0001-93, situado na Rua Delfino Garrido, nº 300, Bairro Cabeceira Alegre, Dourados/MS, para **proceder análise de amostras de sementes próprias e de terceiros de Avena sativa, Avena strigosa, Glycine max, Gossypium spp, Orzyza sativa, Sorghum bicolor, Triticum secale, Triticum aestivum e Zea mays**, bem como expedir os respectivos boletins de análise.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIRABIS EVANGELISTA RAMOS

(Of. El. nº DDIV-038/03)

Edição Número 70 de 10/04/2003

Secretaria-Executiva Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
EXTRATO DE CONVÊNIO

a) ESPÉCIE: Convênio MAPA/SPC Nº 00003/03, celebrado em 07 de abril de 2003, entre a União Federal, representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento - MAPA, CNPJ: 00.396.895/0001-25 e a **Associação dos Cafeicultores de Araguari** - ACA - CNPJ: 21.242.912/0001-40. Assinado em 07.04.2003.

b) OBJETIVO: Criar condições e apoio institucional e financeiro à realização do IX - **Encontro Nacional de Irrigação da Cafeicultura no Cerrado**, de 09 a 11 de abril de 2003.

c) CRÉDITO: À conta da Atividade 20.601.0350.1021.0001 Promoção do Café no país - Elemento de Despesa 33.50.41 - Despesas Correntes - Transferências a Instituições Privadas - Contribuições - Nota de Empenho 2003NE000016.

d) VALOR: **Ministério: R\$ 35.000,00** (Trinta e cinco mil reais) - Contrapartida: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

e) ASSINATURAS: José Amauri Dimarzio - Secretário-Executivo/MAPA - CI: 3.485.643-2 SSP-SP - CPF: 036.746.578-72; Antônio Reinaldo Caetano - Presidente - ACA - CI: M-2.688.983 SSP/MG - CPF: 201.021.006-91.

f) Data da Assinatura: 07.04.03 Vigência: dois meses contados a partir da publicação
(Of. El. nº 33/2003)

Edição Número 70 de 10/04/2003

Gabinete do Ministro Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AVISO

O Ministro Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, considerando ter sido pouco representativo o número de indicações de nomes para ocupar duas vagas no Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, além do não cumprimento dos requisitos mínimos, contidos no AVISO de 30.1.2003, publicado no Diário Oficial da União, de 3.2.2003, Seção III, pág. n o 24, comunica às entidades civis ou governamentais interessadas que reabriu, por trinta dias, a partir da data de publicação deste AVISO, o prazo para as indicações supramencionadas, observadas as seguintes condições:

1. **Legitimidade de Indicação:**

Nos termos do que dispõe o art. 14, inciso V do Estatuto da Embrapa, os nomes que ocuparão as duas vagas no Conselho de Administração da Embrapa, que serão indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante nomeação do Presidente da República, serão escolhidos no novo prazo concedido "a partir de indicações oriundas de entidades civis ou governamentais ligadas à pesquisa, ao ensino ou ao desenvolvimento técnico-científico, de representações de profissionais e entidades vinculadas à atividade agropecuária ou agroindustrial, bem como de organizações que congreguem produtores, empresas ou trabalhadores que atuem nos setores agropecuário ou agroindustrial".

2. **Requisitos Essenciais:**

Os nomes que comporão as listas tríplices enviadas pelas entidades referidas no item 1, deverão ser de profissionais brasileiros de nível universitário com, no mínimo, curso de mestrado concluído (Master of Science), e que tenham comprovada experiência gerencial e notórios conhecimentos das atividades de ciência e tecnologia, de política de desenvolvimento do setor agrícola e de administração, devendo as listas tríplices ser acompanhadas dos respectivos currículos.

3. **Listas Anteriores:**

Para efeito de seleção, composição e indicação pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento, das listas com os nomes para as duas vagas, para nomeação pelo Presidente da República, serão considerados as listas e os currículos enviados no prazo anteriormente determinado, cujos indicados tenham cumprido os requisitos essenciais mencionados no item 2.

4. **Entrega das listas e currículos:**

As listas tríplices e os currículos com as indicações de nomes ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remetidas por meio de correspondência assinada pelo representante legal da entidade, deverão ser entregues até 17 horas do dia 10 de maio de 2003, na Secretaria-Geral do Conselho de Administração da Embrapa, localizada em sua Sede, situada no Parque Estação Biológica PqEB - Av. W-3/Norte (final) sala 117 1º andar, CEP: 70770-901 - Brasília-DF, ou enviadas no mesmo prazo, por via postal, com aviso de recebimento, para fins de processamento, conferência e verificação de cumprimento de requisitos, tabulação e encaminhamento, pela Secretaria-Geral do Conselho de Administração da Embrapa. Este AVISO estará também à disposição dos interessados no endereço eletrônico da Embrapa: www.embrapa.com.br. ROBERTO RODRIGUES
(Of. El. nº 112/2003)

Edição Número 71 de 11/04/2003

Secretaria de Defesa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Gabinete

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 10 DE ABRIL DE 2003

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe

Editorial: Boletim de informações de caráter pessoal, não comercial, destinado aos amigos e companheiros envolvidos direta ou indiretamente com o agronegócio. **Resp.: Edilson Pereira da Silva – Méd. Veterinário** - Rua Granito, 130 – Jiquiá - 50850-340 – Recife – PE (81) 3428 6165 9604 2113 – edilson@hotlink.com.br - **Fontes:** www.aegro.com.br; www.agedado.com.br; www.folhaonline.com.br; www.radiobras.com.br; www.camara.gov.br; www.senado.gov.br; www.jc.com.br; www.jb.com.br; www.agricultura.gov.br; www.cna.org.br; www.bcb.gov.br; www.fao.org; www.safaras.com.br

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de **Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil**

INFORMAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

Ano I – Nº 21 – 11 a 13/04/2003

Página 9 de 9

confere o art. 83, inciso IV, do Regimento Interno desta Secretaria, aprovado pela Portaria Ministerial nº 574, de 8 de dezembro de 1998, e tendo em vista a Medida Provisória nº 113, de 27 de março de 2003, resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas para Certificação de Soja em grão sem a presença de Organismo Geneticamente Modificado - OGM, por meio de Kits Imunocromatográficos.

Art. 2º Estabelecer que os laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderão solicitar a habilitação provisória para a realização das análises qualitativas em soja em grão sem a presença de Organismo Geneticamente Modificado - OGM, por meio de Kits Imunocromatográficos, e emissão dos respectivos certificados, mediante requerimento dirigido à Coordenação de Laboratório Vegetal, do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.
MAÇAO TADANO

ANEXO I

Formulário de Solicitação de Análise de Soja Em Grão Sem a Presença de OGM (para ser anexado às amostras)

Interessado:		
Empresa	CNPJ	
Pessoa de Contato	Pedido número	
End.		
Cep	Cidade	UF
Telefone	Fax	Endereço eletrônico
Identificação da amostra		
Localização da Propriedade ou Unidade Armazenadora		
Localização do lote amostrado na propriedade ou unidade armazenadora		
Tamanho do lote amostrado (kg)		
Código da amostra do interessado	Código do Laboratório	
Identificação do Amostrador		
Nome	RG/CPF	
Data	Assinatura	
Declaração do Interessado		
Declaro inteira responsabilidade sobre a representatividade da amostra analisada e a manutenção da identidade do lote/porção amostrada.		
Data	Assinatura	

12> Formulário de Solicitação de Análise de Soja Em Grão Sem a Presença de OGM (para ser anexado às amostras) Interessado: Empresa CNPJ Pessoa de Contato Pedido número End. Cep Cidade UF Telefone Fax Endereço eletrônico Identificação da amostra Localização da Propriedade ou Unidade Armazenadora Localização do lote amostrado na propriedade ou unidade armazenadora Tamanho do lote amostrado (kg) Código da amostra do interessado Código do Laboratório Identificação do Amostrador Nome RG/CPF Data Assinatura Declaração do Interessado Declaro inteira responsabilidade sobre a representatividade da amostra analisada e a manutenção da identidade do lote/porção amostrada. Data Assinatura

Normas para Certificação de Soja em grão sem a presença de Organismo Geneticamente Modificado - OGM, por meio de Kits Imunocromatográficos

1. OBJETIVO

Estas normas estabelecem as condições para a certificação de soja em grão sem a presença de OGM, por meio de análise qualitativa de amostras utilizando "Kits" Imunocromatográficos e emissão de certificados.

2. CONCEITUAÇÃO

Para efeito desta norma, entende-se por certificação de soja sem a presença de OGM aquela realizada em laboratório credenciado pertencente à entidade pública ou privada que disponha de condições mínimas para realização de análise de detecção por "kits" imunocromatográficos e que, por decisão da Coordenação de Laboratório Vegetal - CLAV, da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento - MAPA, estão aptos a receber as amostras de grãos de soja e realizar testes para detecção de modificação genética em grãos de soja, bem como emitir o respectivo laudo e certificado.

3. EXIGÊNCIAS DO LABORATÓRIO PARA A EMISSÃO DE CERTIFICADOS

3.1 Dispor de instalações adequadas em áreas apropriadas às finalidades;

3.2 Estar adequadamente equipado para a execução das determinações propostas;

3.3 Dispor de área compatível com o volume de amostras analisadas;

3.4 Dispor de instalações em conformidade com as normas de higiene, segurança e medicina do trabalho;

3.5 Dispor de responsável técnico e de profissional de nível superior com formação correlata, com registro no respectivo Conselho de Classe;

3.6 Dispor de pessoal técnico e de apoio com adequada capacitação na área de análises laboratoriais compatíveis com os serviços a serem realizados.

4. SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

O procedimento de solicitação de análise qualitativa de detecção de OGM por "Kits Imunocromatográficos", para fins de certificação de grãos de soja ausente de OGM, inicia-se com a solicitação formal do interessado ao laboratório e a entrega da amostra pelo mesmo, conforme formulário apresentado no Anexo II.

5. DA AMOSTRAGEM

As amostras serão coletadas sob a responsabilidade do interessado e de acordo com as normas para a amostragem - Anexo III.

6. EMISSÃO DO CERTIFICADO

Os certificados serão emitidos pelos laboratórios em três vias, sendo uma destinada ao interessado, outra retida no laboratório e a terceira encaminhada à Secretaria de Defesa Agropecuária /MAPA.

ANEXO III

Normas para a Amostragem

Definições:

Lotes: Quantidade estabelecida de características uniformes passada por processo de classificação de qualidade.

Partes: Pequena quantidade de grãos tirada de uma única localização no lote. Uma série de partes devem ser tiradas de diferentes localizações no lote.

Volume de amostra: Quantidade de grãos obtidas pelo agrupamento e mistura de partes tiradas de um lote específico.

Amostra de laboratório: Quantidade de grãos removidas de um volume e selecionadas para análise ou outra observação.

Geral:

As amostras devem ser representativas dos lotes dos quais elas são extraídas. Número suficiente de partes devem ser tiradas e misturadas, formando assim um volume do qual serão obtidas, por divisões sucessivas, as amostras de laboratório.

Todos os equipamentos para amostragem devem estar limpos e secos.

As amostras devem ser protegidas de contaminações externas, tais como: chuva, poeira, etc., bem como os equipamentos e as embalagens.

Equipamentos necessários:

Amostragem de produtos a granel:

Pás, conchas, caladores de amostra cilíndricos e aparelhos para tiragem de partes de um volume de grãos.

Amostragem de produtos ensacados:

Equipamentos usados para perfurar sacos e testar (caladores ou tubos de ferro contínuos).

Mistura, homogeneização e divisão das amostras:

Divisor cônico (tipo Boerner), Quarteadores, Divisores em Quarto de Ferro, sacos de 50 kg.

TABELA DE AMOSTRAGEM

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNIDADES INSPE- CIONADAS	PESO TOTAL DAS AMOS- TRAS
SOJA	UNIDADE	QUANTIDADE (unidades)	% AMOSTRADA	PESO TOTAL DAS AMOS- TRAS (kg)
ENSACA- DA	Sacos	001 até 500		
		501 até 2000		
		2001 até 5000		

12> PRODUTO UNIDADE QUANTIDADE UNIDADES INSPE-
CIONADAS PESO TOTAL DAS AMOSTRAS SOJA UNIDADE QUANTIDADE (unidades) % AMOSTRADA PESO TOTAL DAS AMOSTRAS (kg) ENSACADA Sacos 001 até 500 501 até 2000 2001 até 5000 5001 até 20000 acima de 20001 5% a 10% 2% a 5% 1% a 2% 0,5% a 1% 0,50% 1 até 3 3 até 5 5 até 10 15 até 30 30 até 40 SOJA UNIDADE QUANTIDADE (ton.) Nº DE SUBAMOSTRAS PESO TOTAL DAS AMOSTRAS (kg) A GRANEL Ambiente 1 até 30 30 até 100 100 até 1000 1000 até 10000 acima de 10000 20 20 até 30 30 até 40 40 até 50 50 até 60 5 5 até 10 15 até 20 20 até 25 25 até 30

Amostras de trabalho de laboratório:

1. serão retiradas a partir do peso total das amostras coletadas, sendo no mínimo de 1kg; e

2. devem ser embaladas em sacos de papel resistente e devidamente lacradas.

Entrega das amostras:

As amostras devem ser entregues no laboratório e somente em circunstâncias excepcionais mais que 48 horas depois de completada a amostragem.

Descarte de amostras:

As amostras que, após as análises, apresentarem resultados positivos para OGM serão descartadas e incineradas. As despesas com a incineração serão custeadas pelo solicitante das análises.

(Of. El. nº DDIV-039/03)

Editorial: Boletim de informações de caráter pessoal, não comercial, destinado aos amigos e companheiros envolvidos direta ou indiretamente com o agronegócio. **Resp.: Edilson Pereira da Silva – Méd. Veterinário** - Rua Granito, 130 – Jiquiá - 50850-340 – Recife – PE (81) 3428 6165 9604 2113 – edilson@hotlink.com.br - **Fontes:** www.aegro.com.br; www.agedado.com.br; www.folhaonline.com.br; www.radiobras.com.br; www.camara.gov.br; www.senado.gov.br; www.jc.com.br; www.jb.com.br; www.agricultura.gov.br; www.cna.org.br; www.bcb.gov.br; www.fao.org; www.safra.com.br

CONTRIBUIÇÕES

Deposite qualquer quantia, em nome de Edilson P. Silva, CC. 280 715 – 7, Ag. 3596-3, B. Brasil